



MOVIMENTO DE RECUSA ENTRA NA FASE CRUCIAL DA MOBILIZAÇÃO

Chegou a hora da afirmação do Movimento Nacional de Recusa aos cargos de gratificação do Censo Demográfico de 2010. No último fim de semana (27 a 29 de março), 33 representantes do movimento reuniram-se no Rio de Janeiro avaliando a situação atual do movimento e reafirmando o compromisso firmado por trabalhadores de todo o país.

Trabalhadores dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas e Ceará se fizeram representar.

A avaliação consensual foi a de que, embora os signatários do movimento tenham começado a sofrer uma maior pressão por parte da Direção do IBGE, existe um sentimento de união e solidariedade que se alastra pelo país.

Pela primeira vez, desde que os Censos Demográficos são realizados, um número significativo de trabalhadores com inquestionável trajetória profissional de desapego, que nunca mediram esforços em suas atividades no IBGE, são obrigados a lançar mão de um movimento coletivo em prol da instituição, da qualidade do nosso trabalho, da valorização dos servidores e de melhores condições de trabalho. Assim, neste encontro, que significou mais um marco para nossa mobilização, reafirmamos as reivindicações centrais:

- um plano de carreira justo, que valorize toda a categoria, que não tenha discriminações, que incorpore igualmente os percentuais de titulação, independentemente do nível do cargo, e acrescente ao vencimento básico as gratificações, permitindo uma aposentadoria em justas condições;
- o compromisso da Direção do IBGE e do Governo com a saúde e a qualidade de vida do trabalhador, através de um plano de saúde de qualidade, que atenda a suas necessidades, sem constituir-se em estorvo financeiro para os beneficiários;
- a correção dos valores dos benefícios necessários ao atendimento de saúde e alimentação.

Infelizmente, a Direção do IBGE paga para ver, ignora o movimento e começa a pressão sobre aqueles que aderem a nossa causa. Trata-se de um erro e um desrespeito dos que são, em última instância, responsáveis pela atual situação que denunciamos. Por isso, o Movimento Nacional de Recusa, neste momento decisivo, propõe um conjunto de ações para torná-lo cada vez mais visível e alcançar seus objetivos.

ALÉM DE JUSTO E LEGÍTIMO, NOSSO MOVIMENTO É LEGAL

De acordo com o parecer elaborado pelo Dr. Carlos Alberto Boechat Rangel, sob encomenda deste movimento, a recusa às funções gerenciais do Censo Demográfico é uma obrigação individual dos trabalhadores do IBGE, pois faz parte das suas atribuições funcionais e serve como instrumento para suprir as necessidades extraordinárias das atividades censitárias. Porém, o movimento de recusa não é caracterizado por atos individuais. Trata-se de um movimento coletivo em prol da Instituição, devendo ser assim avaliado e julgado. Esse é o princípio que leva à sua legalidade, além de tratar-se de um movimento justo e legítimo. Apesar disto e apesar de toda publicidade que lhe foi dada, não é reconhecido pela Direção do IBGE, refratária a qualquer tipo de negociação.

ASSEMBLÉIAS EM TODO O PAÍS PARA REAFIRMAR COMPROMISSOS

Ainda seguindo o parecer do advogado, Dr. Boechat, deverão ser realizadas, em todos os estados, até a segunda semana de abril, assembleias locais, constando de atas, que reafirmam o compromisso com as reivindicações do Movimento Nacional de Recusa. Estas atas reunidas demonstram, formal e inequivocamente, o caráter coletivo do movimento no âmbito do IBGE. Além da importância política de realização destes encontros, trata-se de um procedimento capaz de fornecer um relevante elemento que resguarda os trabalhadores.

ANTE A PRESSÃO DA DIREÇÃO, ESPERE A CONVOCAÇÃO FORMAL PARA RECUSAR O CARGO FORMALMENTE

Alguns trabalhadores começam a receber pressão, de diversas maneiras, dos representantes da Direção do IBGE. Nossa orientação é que resistam e aguardem uma convocação formal ou a nomeação, que está sendo feita em alguns casos à nossa revelia. O Movimento Nacional de Recusa começa a distribuir, a partir desta semana, um documento-padrão de recusa, o que representa mais uma formalidade necessária para afirmação do movimento, uma forma unificada e coletiva de resposta à Direção. Cada um dos signatários, ou aqueles que estão aderindo ao movimento, deverá, no momento certo, preencher o documento, enviá-lo à Direção, guardar uma cópia e destinar outra aos representantes do Movimento Nacional de Recusa.

PROPOSTAS PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO

Ainda no encontro realizado no Rio de Janeiro, foram decididos os seguintes pontos para fortalecer o movimento, quanto à sua mobilização e divulgação:

- ✓ Realizar contatos pessoais e telefônicos para ampliar o convencimento e ter um diagnóstico mais preciso da mobilização;
- ✓ Intensificar os contatos, anunciando a existência do movimento e buscando apoio da sociedade civil (entidades, políticos, usuários), formulando um *release* para a imprensa em todos os estados e uma carta aberta à população;
- ✓ Estabelecer o dia 15 de abril como o dia nacional de luta do Movimento Nacional de Recusa, com paralisações, manifestações e ações que tornem, interna e externamente, visível o nosso documento;
- ✓ Confecção de camisetas para serem utilizadas de maneira geral e, especialmente, no dia 15 de abril;
- ✓ Colocar no ar a página da internet que já está pronta e conterá notícias, documentos e discussões abertas a todos os funcionários;
- ✓ Enviar uma carta ao Presidente da República, ao Presidente do IBGE, aos chefes das unidades estaduais, explicando os motivos do Movimento de Recusa e pedindo a abertura de negociações e o atendimento das reivindicações;
- ✓ Convocar os núcleos sindicais de todo o país para que realizem um encontro de Direção Nacional da ASSIBGE. no qual formalizem o explícito e efetivo apoio ao Movimento de Recusa.

**O MOVIMENTO DE RECUSA É DE TODO O IBGE!
APÓIE, PARTICIPE, JUNTE-SE A NÓS
MAIS DO QUE NUNCA, NESTE MOMENTO, A INSTITUIÇÃO PRECISA DE VOCÊ!**